

DILEMAS E DESAFIOS ATUAIS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL

*Paulo Guilhermeti*¹

A universidade brasileira hoje e, por sua vez, o ensino superior vive inúmeras contradições que o debate, as ações políticas e as práticas acadêmicas e pedagógicas ainda não conseguiram dar uma resposta efetiva e capaz de apontar caminhos para superação desta realidade.

Por isso se faz necessária uma auto-reflexão permanente da universidade e do ensino superior. Mas para que este exercício de crítica possa produzir o efeito desejado, ou seja, promover uma compreensão mais abrangente e alavancar uma prática transformadora é preciso que esta crítica seja imanente. É preciso considerar as próprias contradições gestadas no interior da vida universitária e estabelecer as possíveis relações entre este particular e o movimento social mais amplo. Assim, não se pode fazer uma discussão séria sobre a universidade brasileira hoje sem levar em conta a natureza específica desta instituição e suas relações com as transformações sociais que vem passando a sociedade mundial e nacional nas últimas décadas.

O objetivo deste texto é levantar questões que envolvem o debate da universidade e do ensino superior no Brasil hoje – a partir das contribuições de alguns estudiosos do assunto – para promover e estimular a discussão de uma nova proposta de universidade voltada aos interesses sociais e comprometida com a qualidade e a competência acadêmica.

Esta reflexão e este debate se fazem necessários diante da nova situação política do Brasil que aponta para a construção de uma outra sociedade mais justa, democrática e capaz de atender as demandas da maioria da população. No entanto, um projeto desta dimensão não é construído apenas pela vontade política de um partido ou de um governo, mas do necessário engajamento das pessoas que tem consciência desta necessidade. Neste processo, a universidade desempenha um papel de inegável grandeza por ser um lócus que promove a formação técnica e política mediada pela crítica e sua inter-relação com a sociedade na qual ela está inserida.

1 - O NEOLIBERALISMO E A UNIVERSIDADE

Algumas manifestações recentes que vem ocorrendo no interior da universidade brasileira como a busca de resultados, a redução da cotas de bolsas de estudos, etc., podem ser compreendidas a partir das políticas públicas que foram implementadas recentemente neste setor.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Pedagogia da UNICENTRO – Campus de Guarapuava.

É indispensável, assim, compreender estes novos fenômenos da vida universitária como desdobramentos do processo de Reforma do Estado brasileiro implementado pelo governo Fernando Henrique Cardoso nos últimos oito anos. Esta Reforma pretendia ser uma reengenharia para adequar o Estado brasileiro às necessidades da nova forma do capital, denominadas por alguns estudiosos progressistas como “acumulação flexível”.

A Reforma do Estado brasileiro está fundamentada na receita neoliberal que vê todos os problemas sociais, econômicos e políticos do Brasil como decorrentes da presença do Estado não só no setor da produção, mas também no setor de serviços, muitos dos quais considerados como não-exclusivos da ação estatal. É disseminada, assim, a crença que o mercado é portador da racionalidade e do poder sócio-político capaz de proporcionar o bem-estar da sociedade brasileira.

Atrás desta ilusão neoliberal esconde a sujeição do Estado brasileiro às imposições feitas por agentes financeiros internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. O plano consiste em separar as atividades do Estado em “serviços exclusivos do Estado” e “serviços não-exclusivos do Estado”, fazendo, assim, uma distinção dos órgãos que oferecem estes serviços entre “agências autônomas” e “organizações sociais”. Os serviços não-exclusivos do Estado são aqueles que podem ser realizados por instituições não-estatais, na qualidade de prestadoras de serviços. O Estado provê tais serviços, mas não executa uma política para o setor, nem o serviço propriamente dito. Nestes serviços estão incluídas a educação, a saúde, a cultura, as utilidades públicas, etc. Assim, são designadas de “organizações sociais” as instituições públicas não-estatais que operam no setor de serviços [2]. As universidades, as escolas técnicas, os museus e os centros de pesquisa estão neste grupo. As “organizações sociais” são consideradas prestadoras de serviços e celebram com o Estado “contratos de gestão”.

Nesta proposta as universidades que historicamente surgiram como uma “instituição social” passa a ser considerada uma “organização social”. Mas o que significa considerar a universidade como uma “organização social” e não uma “instituição social”?

Na condição de mera prestadora de serviços, a universidade deixa de ser vista como um direito social. Vejamos o significado disso a partir da análise da autonomia universitária. Para vocabulário neoliberal a idéia de autonomia universitária é simplesmente identificada com expressões como “qualidade universitária”, “avaliação universitária” e “flexibilização da universidade”, entre outras. No entanto, as conquistas históricas que envolveram a autonomia universitária no Brasil foram travadas pelas universidades públicas, inicialmente, em torno do processo de escolha dos seus dirigentes que até então eram nomeados diretamente por decretos do presidente da república e dos governadores. Independente da crítica que hoje pode ser feita sobre os desdobramentos deste processo de democratização da universidade pública – que promoveu um certo corporativismo – ele significou um avanço extraordinário em relação à questão da autonomia. Como afirma a professora Marilena Chauí,

... a idéia de autonomia, como a própria palavra grega indica – ser autor do *nomos*, ser autor da norma da regra e da lei – , buscava não só garantir que a universidade pública fosse regida por suas próprias normas, democraticamente instituídas por seus órgãos representativos, mas visava, ainda, assegurar critérios acadêmicos para a vida acadêmica e independência para definir a relação com a sociedade e com o Estado. Numa palavra, autonomia possuía sentido sócio-político e era vista como a marca própria de uma instituição social que possuía na sociedade seu princípio de ação e regulação. (CHAUÍ, 1999, p. 216).

Ao ser transformada numa “organização social”, a universidade passa a ser “administrada” e perde a idéia e a prática de autonomia, pois ela é reduzida apenas a gestão de receitas e despesas de acordo com o que é estabelecido nos contratos de gestão firmados com o Estado que estabelece metas e indicadores de desempenho fixados de fora para dentro. Neste caso, autonomia significa apenas gerenciamento empresarial de uma instituição, que pode inclusive buscar recursos adicionais através de outros serviços ou parcerias com a iniciativa privada para melhor cumprir suas metas.

A resistência feita a estas propostas, principalmente, pelas universidades públicas, seus órgãos de classes e outros setores sociais impediram, até o momento, a formalização dos chamados “contratos de gestão”. No entanto, outras políticas educacionais adotadas pelo governo federal vêm empurrando cada vez mais as universidades para a busca da sua auto-sustentaçãoii [3] . A busca de recursos adicionais e a sujeição aos critérios de avaliação e produtividade decorrentes destas políticas, sem a necessária mediação crítica, vem transformando as Instituições de Ensino Superior no Brasil no que Marilena Chauí chama de “Universidade Operacional”.

2 - A UNIVERSIDADE OPERACIONAL

O que é a universidade operacional? É aquela universidade voltada para si mesma não como um retorno a formas arcaicas de universidade, mas é um novo tipo de universidade caracterizada pela perda de si mesma, pois ao ser avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por estratégias e programas alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. (CHAUÍ, 2001, p. 190).

O resultado deste perfil de universidade é evidente: o aumento de horas-aula; a diminuição do tempo para mestrados e doutorados; avaliação pela quantidade de publicações, participações em colóquios e congressos; a multiplicação de comissões e relatórios, etc. Comportando-se como remadores de galera, a universidade operacional avança, mas não tem consciência de

onde quer chegar. Seus projetos estão muito mais para os interesses particulares de cada um dos integrantes da comunidade universitáriaⁱⁱⁱ [4] que propriamente comprometidos com interesses sociais mais amplos. Esta descaracterização da universidade como uma instituição e um produto social são evidentes nas atividades que formam a vida universitária: ensino, pesquisa, extensão e a administração.

Na universidade operacional o ensino tornou-se a transmissão rápida de conhecimentos oriundos de manuais de leitura facilitada e, preferencialmente, com ilustrações. Perdeu-se de vista o critério do domínio do conhecimento no processo ensino-aprendizagem e na definição de uma política para contratação dos professores. A docência é pensada como habilitação rápida para graduados que precisam entrar rapidamente no mercado de trabalho. Não se fala mais da necessidade da unidade entre ensino e pesquisa. Assim, predominam nas universidades os contratos temporários de trabalho, ou como designam os liberais, “contratos flexíveis”. Cada vez é mais evidente que a universidade perdeu de vista o que sempre foi fundamental no ensino: o sentido de formação.

A pesquisa na universidade operacional praticamente não existe no sentido amplo que a mesma comportou historicamente, ou seja, como uma resposta às demandas sociais que podem conferir aos homens uma vida mais humana. Neste tipo de universidade a pesquisa é apenas um *survey* de problemas ou dificuldades e obstáculos para a realização de um objetivo. É um formalismo que responde a necessidade de índices e números exigidos pela administração de “resultados”. A pesquisa torna-se uma espécie de adequação a ideologia pós-moderna reinante – caracterizada pelo abandono do sentido da história, da verdade e da razão que acabaram convertidos em “mitos”. Por isso, nesta universidade marcada pela necessidade da “organização” não há tempo para a reflexão, para a crítica, para o exame atento dos conhecimentos produzidos e difundidos, para a mudança, para a superação e para a busca do novo. Assim, o essencial e a função da universidade estão ausentes nos projetos dos pesquisadores, pois estes acabam sendo avaliados apenas por critérios formais, pautados por índices de produtividade, do custo-benefício [5].

Tradicionalmente a extensão universitária se caracterizou como um elenco de atividades abertas ao público na forma de cursos, conferências, palestras, semanas de estudos, etc. Estas atividades não tinham qualquer relação com os problemas da maioria da população. Somente a partir da década de 60, especialmente com a ação dos movimentos estudantis é que a extensão passou a se preocupar com projetos de interesse social. No entanto, estes projetos não passaram pelo crivo da crítica e acabaram caracterizando a extensão universitária como atividades de caráter assistencialista ou de prestação de serviços. No primeiro caso, as atividades de extensão tornam-se uma ação unidirecional sem o necessário retorno à universidade das experiências obtidas na sua relação com a sociedade. No segundo caso, a extensão passou a ser um fim em si mesmo: o de obtenção de recursos financeiros.v [6]. A extensão ainda não tinha consolidado a idéia da sua indissociável relação com o ensino e com a pesquisa – que poderia transforma-

la numa atividade acadêmica de caráter formativo – quando a universidade operacional viu neste setor um terreno fértil para busca de recursos adicionais. Assim, os projetos extensionistas não conseguiram realizar aquele diálogo necessário entre o saber científico (produzido pela universidade) e o saber popular (oriundo da comunidade na qual a universidade está inserida)vi [7].

A administração da universidade operacional é voltada para si mesma. Perde-se de vista seu papel principal na estrutura universitária de se colocar como meio para a realização das atividades fins: o ensino, a pesquisa, a extensão. E a medida em que os efeitos da desregulamentação vão sendo sedimentados socialmente e torna-se senso comum, a administração universitária tende a ser concebida e realizada a imagem e semelhança da gestão das empresas privadas, ou seja, ela passa a ser percebida e praticada como um conjunto de normas gerais, desprovidas de conteúdo particular, que por seu formalismo é aplicável a toda e qualquer manifestação social que precisa de algum controle. É o império da burocracia e a derrota da crítica, da criatividade e da autonomia do pensamento e da prática política.

Por estas razões pode-se afirmar que a universidade operacional, ao voltar-se para si mesma, perde de vista formação, a necessidade de transformação da sociedade e rendem-se as exigências meramente instrumental e circunstancial do mercado.

3 - PARA ALÉM DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA INSTRUMENTAL

Mas o que significa este caráter meramente instrumental da formação universitária? Seria apenas uma adequação do ensino superior aquilo que solicita o mercado? Eu acredito que uma formação fortemente marcada pela instrumentalização sem uma necessária fundamentação teórica que possa proporcionar o exercício da crítica e do pensamento reforça uma tendência que vem se tornando cada vez mais forte na sociedade atual que a destruição da autonomia do pensamento e da capacidade da auto-reflexão que sempre fez parte dos processos educativos. Em decorrência da ausência da auto-reflexão estamos assistindo cada vez mais comportamentos sociais irrefletidos ou até mesmos irracionais e preconceituosos, formados a partir de rígidos estereótipos e repetições constantes, que desencadeiam o que Vaidergorn (2001) chama de *auto-evidência axiomática*vii [8] que mina as consciências críticas.

Vivemos hoje num mundo em que os comportamentos sociais, nas mais diversas esferas da atividade humana, estão cada vez mais marcados pela separação entre “fazer” e “pensar”. Esta realidade é uma herança da reengenharia que o capitalismo tardio teve que elaborar para manter sua hegemonia e ampliar seu domínio sobre toda a sociedade. Os fundamentos desta dicotomia entre ação e pensamento podem ser encontrados no taylorismoviii [9] que expressa uma das formas de racionalização da sociedade moderna no século XX.

Negar a necessidade do pensamento na formação do homem – independente da sua área de atuação profissional – significa perder de vista a própria condição antropológica do homem. Numa famosa passagem de *O capital*, Marx ilustra esta característica humana ao dizer que:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece por isso menos possibilidade de fluir da aplicação da suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 1985, p. 202).

Nesta passagem, Marx elabora de uma maneira primorosa a idéia de que o homem só consegue se realizar enquanto humano quanto antecipa seus atos pelo pensamento. Ou seja, o homem precisa exteriorizar a sua subjetividade objetivamente. Assim, o homem produz uma cultura e uma história genuinamente humanas. Ou ainda, como diria VAZQUEZ (1968) a objetivação aparece como uma necessidade para que o homem se realize e se autoproduza pelo trabalho e pela arte. No entanto, no mundo capitalista desenvolvido estas duas esferas da atividade humana já não são mais portadoras da objetivação das forças essenciais humanas e acabaram transformado-se em instrumentos da alienação.

Portanto, aceitar uma formação marcadamente instrumental como a que vem ocorrendo na universidade operacional significa negar a condição antropológica do homem enquanto ser único que produz e transforma a sua vida, que estabelece uma relação com a natureza, que cria cultura e faz história. Aceitar esta formação, por outro lado, é condenar o homem a ser uma um mero autômato, uma engrenagem destituída de consciência na máquina capitalista que tem como único fim o lucro. Acredito, ainda, que a continuidade de tal sujeição a um trabalho que perde sua identidade e o caráter humano que o motiva – ao torna-se uma atividade sem propósito e não pensável, reforçando artificialmente a separação entre trabalho físico e mental – cria as condições objetivas para a formação de “entes destituídos de subjetividade” e ansiosos para superar a insatisfação do seu “ego doentio” por meio de práticas sadomasoquistas, comportamentos autoritários, preconceituosos e violentos ou, ainda, como diriam Horkheimer e Adorno (1985):

O comportamento anti-semita é desencadeado em situações em que os indivíduos obcecados e privados de sua subjetividade se vêm soltos enquanto sujeitos. [...] Neles fica demonstrada a impotência daquilo que poderia refreá-los, a impotência da reflexão, da significação e, por fim, da verdade (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 160).

Este tipo de caráter está mais presente no nosso cotidiano do que imaginamos. Quando temos a notícia que um estudante alemão executou colegas estudantes e professores por ser expulso da escola ou quando um médico esquarteja friamente uma paciente ou quando pais tentem matar seus próprios filhos através de atitudes cruéis, será que não estamos cada vez mais diante de seres incapazes de pensar sobre os seus próprios atos? Será que a universidade pode se omitir – e abrir mão da reflexão nas suas práticas – diante da crescente barbárie social que toma conta da sociedade contemporânea? Certamente precisamos pensar numa outra formação superior e num outro modelo de universidade capaz de contribuir com a construção de uma sociedade mais humana para os nossos filhos.

4 - O SABER UNIVERSITÁRIO COMO PRODUTO HISTÓRICO

Num momento em que a universidade voltou-se para si mesma e perdeu de vista os seus objetivos seria importante recuperar o seu sentido histórico que lhe outorgou o digno status de “instituição social”.

O professor Carlos Lessa afirma que desde o seu nascimento, na Idade Média, a universidade acumulou crescente prestígio social ao condensar a guarda, a produção e a reprodução do saber. Na afirmação da sociedade moderna foi decisivo o papel da universidade, pois neste contexto o conhecimento ilumina, operacionaliza, amplifica e legitima o poder. Isso não se dá, no entanto, sem uma forte tensão interna: sendo um espaço, a universidade – por ser um lugar diferenciado do cotidiano e por reunir uma massa crítica de mestres e discípulos – permitia, ao mesmo tempo, uma liberdade relativa para o espírito humano contendo em embrião o impulso à rebeldia. Ao oxigenar o debate, a ambivalência universitária alavanca e repercute o debate doutrinário. Desde a Revolução Francesa, a universidade passa a servir o ideal republicano de ensino universal. A universidade não está mais a serviço do Rei ou da Igreja, mas da cidadania, da Nação. Com o desenvolvimento da modernidade, a universidade assume a responsabilidade pelo elenco de profissionais de nível superior como estágio final do processo educacional. Assim, ainda hoje, a universidade desempenha um papel social indispensável para reprodução e transformação da vida social. Por isso não pode ser reduzida a mera produtora de recursos humanos, transformando a formação acadêmica em mera instrumentalização para o mercado.

A universidade não é uma linha de produção; para a república, é o cidadão necessário à reprodução da sociedade; o aluno não é coisa,

é sujeito co-constitutivo da universidade. O corpo de professores dela egresso permite à sociedade nacional acessar o patrimônio técnico-científico da humanidade, criticar as produções culturais, desvelar a qualidade dos objetos disponíveis e a natureza dos fenômenos, situando a sociedade nacional de forma atualizada na fronteira do conhecimento sobre eles (LESSA, 2002, p. 14-15).

Para o autor estas capacitações, em conjunto, permitem ao País articular-se com as potencialidades da civilização de modo não alienado, como simples consumidores das produções materiais e simbólicas das nações líderes. A sociedade nacional necessita, para seu normal funcionamento de profissionais superiores com a melhor formação plena. Além do domínio do seu saber específico, o profissional deve estar ciente de sua responsabilidade cidadã e social.

Diante deste obscuro contexto atual que vem produzindo uma universidade que perdeu o seu referencial histórico como “instituição social” torna-se necessário apontar idéias que possam contribuir para uma redefinição dos seus rumos. Neste sentido é importante falar nas possíveis vocações que podem orientar o ensino superior sem, no entanto, fixar um modelo definitivo como a referência para este nível de formação. Se assim fosse tudo que foi dito anteriormente e o próprio sentido histórico da universidade poderiam ser desconsiderados. Este não é o caso desta reflexão.

5 - VOCAÇÕES DA UNIVERSIDADE

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, possibilitou a separação entre ensino, pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior, que desde então podem ter diferentes características. Essa diretriz gerou uma acirrada polêmica nos meios acadêmicos que passaram a manifestar diversas opiniões sobre a vocação do ensino superior no Brasil. Uma das idéias é que uma universidade deve focar sua formação acadêmica na tríade ensino-pesquisa-extensão. Outra é que pode haver diferentes modelos de ensino superior no Brasil que contemple ilhas de excelência em ensino e pesquisa, escolas profissionais (com cursos direcionados a atuação profissional como medicina, engenharia, etc.), escolas técnicas (com cursos de curta duração como os “seqüenciais”) e o ensino superior geral (cursos de formação generalista, clássica e de boa qualidade). Outra opinião é que as IES devem ter uma inserção regional e não se preocupar em buscar excelência em todas as áreas.

Diante deste contexto vem configurando diversos modelos de ensino superior no Brasil pelo expressivo aumento de vagas oferecidas por IES públicas e privadas. A enorme procura por formação universitária, motivada por um domínio maior de conhecimentos exigidos pela modernidade globalizada, favorece um rápido crescimento do setor, sem uma necessária avaliação crítica deste fenômeno. Assim, é possível encontrar hoje IES com um crescimento desordenado, sem um planejamento estratégico, nem um projeto acadêmico

que poderiam contribuir com a construção do seu próprio modelo, marcado pela idiosincrasia dos seus quadros docentes, discentes, técnicos e sua inserção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta exposição foi possível demonstrar que a universidade e o ensino superior no Brasil estão atualmente sofrendo uma crise que pode ser entendida pelo confronto entre duas perspectivas de formação que se excluem. E a superação desta situação passa pela construção conjunta de um projeto político e acadêmico de universidade que envolve o debate de idéias dos docentes, discentes e técnicos.

Este texto é apenas uma provocação e seu principal valor é exteriorizar uma idéia ao olhar para passado, apoiar-se no presente e desejar um futuro melhor. Mas enquanto idéia individual este texto não tem valor algum, apenas vaidade e formalidade. Mas se estas idéias forem enriquecidas pela discussão coletiva *conseqüente*, então elas deixam de ser individuais, tornam-se idéias sociais e portadoras da força necessária para a transformação. Este é o desafio que se apresenta hoje para a UNICENTRO quando esta inicia o debate e o processo que irá definir um projeto político e acadêmico para os seus próximos quatro anos de existência.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- _____. Universidade em ruínas. *In: A universidade em ruínas na república dos professores*. Hélgio Trindade (Org.). Petrópolis: Editora Vozes, 1999. P. 211-222.
- LESSA, Carlos. A crise da universidade pública no Brasil. *Teoria e debate*. São Paulo, n. 50, p. 14-16, 2002.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1985. V. 1.
- TAYLOR, Frederic W. *Princípios de administração científica*. Tradução: Arlindo Vieira Ramos. São Paulo: Editora Atlas, 1976.
- VAIDERGORN, José. Uma perspectiva da globalização na universidade brasileira. *In: Cadernos Cedes*. Campinas, 2001, Ano XXI, n. 55, p. 78-91.
- VAZQUEZ, Adolfo S. *As idéias estéticas de Marx*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

[2] As “agências autônomas”, por sua vez, são as instituições de direito público, que realizam as atividades exclusivas do Estado.

[3] Em conseqüência disso já se fala até mesmo no retorno do “ensino público pago”.

[4] Esta nem mais sem comporta como comunidade universitária e a própria expressão está cada vez mais fora de uso.

[5] Marilena Chauí entende que a pesquisa na universidade deve ser a investigação de algo que nos lança na interrogação, que nos pede reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação; é o trabalho do pensamento e da linguagem para expressar o novo; é uma visão de totalidade e sínteses abertas que suscitam a interrogação e a busca; é uma ação civilizatória contra a barbárie social e política que atualmente vivemos. (CHAUÍ, 2001, p. 193).

[6] É evidente que a universidade não pode se privar da busca recursos adicionais para desenvolver seus projetos, mas a prestação de serviços associada à extensão acaba descaracterizando esta como uma atividade essencial e com o mesmo valor formativo do ensino e a pesquisa. Como a prestação de serviços, geralmente, busca recursos financeiros adicionais e estes são um meio para a concretização dos projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura da universidade, esta atividade deveria estar preferencialmente ligada aos seus setores administrativos como uma assessoria de recursos extra-orçamentários.

[7] Este diálogo é fundamental para materializar parcerias com diversos segmentos da sociedade que irão proporcionar aos professores e acadêmicos uma melhor formação – a partir do contato direto com a realidade – e ao mesmo tempo em que a comunidade poderá ter o acesso aos conhecimentos que podem lhe conferir uma melhor qualidade de vida.

[8] Baseando-se nas reflexões de Adorno e Horkheimer sobre o surgimento do preconceito nos movimentos totalitários modernos, o autor designa como “auto-evidência axiomática” a aceitação incondicional de um juízo que, pelo uso repetitivo, torna-se um clichê e acaba sendo aceito como uma verdade absoluta. Assim, mentiras acabam tendo foro de verdade e abre-se a possibilidade para que as grandes massas acabem aderindo a tais pontos de vista.

[9] O taylorismo consiste num conjunto de princípios e técnicas de organização e gestão do processo de trabalho que recebeu essa designação por ter sido sistematizado por Frederic W. Taylor, nos Estados Unidos, no final do século XIX. O taylorismo possui as seguintes características: a) dissociação do processo de trabalho dos trabalhadores; b) separação entre concepção e execução do trabalho e c) monopólio do conhecimento do processo de trabalho

e seu modo de execução pela gerência ou setor de controle (TAYLOR, 1976). Embora as preocupações do taylorismo estão voltadas mais diretamente para a organização do trabalho e o aumento da produção, ele acabou contribuindo para impor a outros setores da sociedade sua racionalidade que dissocia o trabalho físico do trabalho intelectual. Esta tendência acabou sendo reforçada pela cultura de massas que promoveu a extensão da lógica alienante do tempo de trabalho para o tempo livre.